

# Expresso extra

EDITORA FRANCISCO PINHO BALduino - ALVARO COSTA - ALVARO DE CARVALHO MARQUES PABLO DE SAUSA - Rua Duque de Palmela, 214 - 1.º - 1200 LISBOA - Tel. 212 01 51 - Fax 212 00 50 - 1986



## J. Manuel de Melo consulta estaleiros portugueses

JOÃO MANUEL DE MELO, chefe de uma importante firma ligada ao comércio de metais, foi a uma comissão de trabalho para estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal. O ministro da Indústria, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal. O ministro da Indústria, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Cruz de Oliveira detido e Silva Cunha libertado

A FRENTE REVOLUCIONÁRIA ARMADA (FREA) deteve o chefe de uma das suas células, Cruz de Oliveira, e libertou o chefe de outra, Silva Cunha. O ministro da Justiça, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Açores e Madeira em C. de Ministros

O ministro da Indústria, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal. O ministro da Indústria, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Univ. do Minho abre com 240 alunos

A UNIVERSIDADE DO MINHO abriu, ontem, para o primeiro ano de curso, com 240 alunos. O ministro da Educação, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

### Otelo reaparece

"A minha vida é transparente e não há Watergate que me atinja"

Fig. 1-10

### O Planório de Rio Maior

- Radioscopia
- A vitina foi a reforma agrária

Fig. 2-3

### Quem é... quem foi... Vasco Vieira de Almeida

Fig. 1

### O voivário português e as multinacionais

Fig. 2

## Negociações CR/Partidos poderão começar hoje

As negociações de paz entre o governo e a FRENTE REVOLUCIONÁRIA ARMADA (FREA) poderão começar hoje. O ministro da Defesa, António de Spínola, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.



Nomeado ministro da Defesa

## Experitista no Armado

Um experitista foi nomeado para o cargo de ministro do Armado. O ministro da Defesa, António de Spínola, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Constituinte "talha"

A Assembleia Constituinte está a "talhar" as suas opções. O ministro da Constituição, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Remodelação do Governo entra em terceira (e difícil) fase

A remodelação do Governo entra em terceira e difícil fase. O ministro da Administração Interna, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Hago dos Santos regressa a Lisboa

Hago dos Santos regressou a Lisboa. O ministro da Defesa, António de Spínola, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Ordinâncias, Babar e tel constituintes

Ordinâncias, Babar e tel constituintes. O ministro da Constituição, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## "Diário de Notícias" reaparece na 2.ª-feira Direcção PS substitui Direcção PC

O "Diário de Notícias" reaparece na 2.ª-feira. A Direcção PS substitui a Direcção PC. O ministro da Comunicação Social, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Marques Júnior no Porto

Marques Júnior vai para o Porto. O ministro da Defesa, António de Spínola, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## Militantes do PPD constituem associação

Militantes do PPD constituem associação. O ministro da Constituição, José Manuel de Melo, está a estudar a possibilidade de criar uma indústria de transformação de metais em Portugal.

## TISSONIC

um relógio electrónico

## TISSOT

TISSOT  
o relógio que conquistou o mundo inteiro

## 24 horas em notícia

### J. Manuel de Melo consulta estaleiros portugueses

JOSÉ MANUEL de Melo um dos antigos proprietários do agora nacionalizado grupo CUF e que actualmente vive em Londres, onde dirige uma empresa de projectos e de gestão de empreendimentos portuários, dirigiu a estaleiros portugueses uma consulta, relativa ao fornecimento de navios durante os próximos 5 anos.

A consulta, feita em nome de um país do Médio Oriente, foi endereçada à Setenave e aos Estaleiros de Viana do Castelo e respeito ao eventual fornecimento de 36 navios de diversas tonelagens, nenhuma delas muito elevada, ao longo do prazo referido.

O assunto está a ser estudado com os órgãos competentes do Ministério da Indústria e Tecnologia.

### Cruz de Oliveira detido e Silva Cunha libertado

O MAJOR médico da Força Aérea, Carlos Cruz de Oliveira, que foi secretário de Estado da Saúde no tempo de Vasco Gonçalves, sobre o qual recaia um mandato de captura, em virtude dos acontecimentos de 25 de Novembro, entregou-se voluntariamente às autoridades militares, em Lisboa, na passada segunda-feira.

O dr. Cruz de Oliveira, que se apresentou fardado, foi enviado, no mesmo dia, para o Porto em avião militar, seguindo para Cúcuta.

Soubese, entretanto, que o antigo ministro da Defesa, dr. Joaquim da Silva Cunha, que fora detido na altura do 25 de Abril, depois libertado e novamente detido aquando do 28 de Setembro, se encontra em liberdade, tendo saído do Forte de Rencô. Na mesma ocasião foi libertado Luís Manuel Cordovil, que fora acusado de ligação com a antiga Legião Portuguesa e se encontrava preso desde o 28 de Setembro.

### Açores e Madeira em C. de Ministros

Em reunião do Conselho de Ministros ontem realizada em S. Bento foi discutido e aprovado entre outros assuntos o novo regime político-administrativo dos arquipélagos da Madeira e Açores. De entre as novas disposições legais destaca-se a criação de uma Junta Regional para cada um dos arquipélagos, dependente do 1.º Ministro, e segundo uma óptica de descentralização, a qual engloba aspectos de planeamento económico e financeiro.

### Univ. do Minho abre com 240 alunos

A UNIVERSIDADE DO MINHO abriu ontem, pela primeira vez, as suas portas aos cerca 240 alunos que, este ano, constituem o seu corpo docente. Serão professores, no presente ano lectivo, os cursos de formação de professores (Matemática, Ciências da Natureza, Francês-Português, e Inglês-Português), de Línguas vivas (Francês-Inglês) e de Engenharia (têxtil e metal-mecânica ligeira). Integram o corpo docente 40 professores. Os "currículos", organizados em função dum grau de bacharel, terão uma duração de 6 semestres.

Na primeira lição, que iniciou a actividade da Escola, o Rector histórico o que foi até aqui, a vida da nova Universidade, falou das suas estruturas, das suas perspectivas e dos seus objectivos. Depois, alunos e mestres visitaram as instalações da Universidade em Braga, algumas ainda em fase de acabamento, num primeiro contacto com a sua escola.

De acordo com o que foi recentemente legislado, os cursos técnicos da Universidade do Minho, funcionarão em Guimarães. As Humanísticas serão ministradas em Braga. Uma certa indefinição quanto à localização da Universidade, tem gerado, entre as populações das duas cidades, profundo mal-estar. Amanhã à noite, a Associação Comercial de Braga, vai promover uma reunião (em defesa dos interesses da sua terra e das soluções mais justas para o problema do país) acerca da localização das instalações da Universidade do Minho.

## Negociações CR/Partidos poderão começar hoje

ENCONTRA-SE já constituída a delegação do Conselho da Revolução para a negociação, que poderá começar hoje mesmo, do documento virá a substituir a plataforma de acordo constitucional, celebrado pelo MFA e sete partidos políticos em 11 de Abril deste ano.

Compõem-na os seguintes conselheiros da Revolução: general Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior do Exército; brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa; major Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros; comandantes Martins Guerreiro e major Canto e Castro, respectivamente da Armada e da Força Aérea.

Os cinco elementos reuniram-se, ontem à tarde no Restelo e desenvolveram a sua actividade em sucessivas conversações, com os vários partidos políticos, devendo ir submetendo os resultados parciais obtidos ao plenário do Conselho da Revolução. Recorde-se que entre os pontos fundamentais a rever-se, incluem-se a eleição do Presidente da República, os poderes do CR, o futuro da Assembleia do MFA.

### Orientações, linhas e lei constitucional

Os observadores mais atentos vêm na composição da delegação o predomínio dos chamados "políticos" do Conselho da Revolução, sobre os "operacionais".

Esta sensação é corroborada pela ideia de que o general Ramalho Eanes, devido aos seus afazeres no Estado-Maior do Exército, muito provavelmente não poderá dar uma presença assídua aos trabalhos da delegação.

Por outro lado, é conhecido o papel relevante do major Melo Antunes, a quem já foi cometida pelo Conselho da Revolução a tare-

fa de elaborar o ante-projecto do pacto na sua versão revista, ante-projecto esse concebido como base do documento que o Conselho da Revolução apresentará como debate aos partidos políticos (e que tem tomado parte nas negociações para a remodelação do VI Governo Provisório).

Também é conhecida a posição do brigadeiro Vasco Lourenço quanto ao papel do MFA e dos partidos políticos na actual fase do processo político português.

Por outro lado, a presença do comandante Martins Guerreiro, não só realça a sua permanência no CR, como mantém viva uma linha que não é a dos "Novos".

Segundo fontes fidedignas, uma das preocupações da delegação do Conselho da Revolução, encarregada da revisão da plataforma de acordo constitucional, deverá ser a de compatibilizar esse documento com a Lei Constitucional n.º 6/75, de 11 de Dezembro, que veio alterar a organização das Forças Armadas Portuguesas.

### Hugo dos Santos regressa a Lisboa

Paralelamente, tem prosseguido a reestruturação operacional do Estado-Maior do Exército.

Assim, o major Hugo dos Santos, que foi dos elementos preponderantes do "movimento dos capitães" empenhado no 25 de Abril e se encontrava agora na Embaixada de Portugal na Roménia, foi mandado regressar, prevendo-se que venha a exercer funções no Estado-Maior do Exército.

Simultaneamente, tudo indica que o major Tomás Pinto venha a ser designado chefe do Estado-Maior da Região Militar de Lisboa.



Martins Guerreiro: o inesperado

Trata-se também de um oficial considerado "operacional".

### Expectativa na Armada

Entretanto, aguarda-se com expectativa na Armada a nomeação do novo comandante naval do Continente, sucessor do comandante Vasco Costa Santos, detido no 25 de Novembro, bem como a designação do vice-chefe do Estado-Maior deste ramo das Forças Armadas.

Não se fala, no entanto, de nenhum nome em concreto.

### Constituinte "salta"

Por seu lado, a Assembleia Constituinte, impossibilitada de debater os assuntos referentes à estrutura do poder político, em virtude da revisão em curso do Pacto/MFA/Partidos, deliberou não apreciar os trabalhos da V Comissão relacionados, com esse tema e entrar na discussão do parecer da VI Comissão (organização do poder judicial).

A Constituinte interromperá os seus trabalhos no próximo dia 19, sexta-feira, reabrendo oficialmente a 2 de Janeiro s, na prática a 5, visto ser a primeira terça-feira depois das férias. Nessa ocasião, tomará o debate do parecer da VI Comissão, passando depois, provavelmente, para o da VII (poder local) e só regressando ao tema fundamental da estrutura do poder político depois do Pacto estar renegociado e de a V Comissão de novo se pronunciar.

ABREV, Armando Trigo  
 Soares, Francisco

## Militantes do PPD constituem associação

VAI SER constituída uma associação ligada ao P.P.D., ao abrigo do direito de tendência agora reconhecido, que poderá vir a denominar-se C.E.R.E.S.D. (Centro de Estudos e Reflexão Social-Democrática). Esta notícia foi comunicada ao EXPRESSO pelos subscritores do documento "Militantes do P.P.D. apresentam condições".

Assim entre os nomes dos fundadores contam-se José Alfredo Pinto Pereira, secretário de Estado do Comércio Interno, Joaquim Lourenço, secretário de Estado do Fomento Agrário, José António Portado Fernandes, secretário de Estado da Formação Profissional, Marinho Rebelo de Sousa e Ruben Raposo, deputados António Rebelo de Sousa e Guilherme Oliveira Martins, dirigentes da I.S.D., Fátima Correia e Rui Almeida Fernandes. Além, depois de uma reunião de Secretariado do P.P.D., foi divulgado um Comunicado Conjunto de Sá Carneiro e dos "condicionais", em que se reconhece a satisfação das condições mínimas apresentadas por estes para a sua per-

manência no partido, designadamente o direito de tendência, a revisão dos estatutos, assegurando a efectiva democraticidade interna, e a reconposição do Secretariado.

Foi este acordo que permitiu a iniciativa da criação do C.E.R.E.S.D.

Entretanto, os chamados "condicionais" tinham estado ontem reunidos em 5. Bento (sala 11) com muitos dos deputados dissidentes, a quem expuseram o seu ponto de vista.

Sabe-se que os deputados dissidentes ficaram de apreciar os resultados daquela reunião, resultados que agora seremos de conhecimento comum, que pela sua extensão o EXPRESSO não pôde publicar.

**GIS sobre PPD  
 "paranoia  
 de um aparelho  
 ameaçado"**

ENTRETANTO, de dois dos componentes do «Gabinete de

Intervenção Socialista (G.I.S.), Armando Trigo de Aveiro e Francisco Soares, recebeu o EXPRESSO um violento comunicado dirigido contra o Secretário-Geral do PPD, Francisco Sá Carneiro, comunicando-lhe que passaram a transcrever as seguintes:

1. A propósito da crise interna do seu partido, subsequente ao Congresso de Aveiro, o Secretariado Nacional do PPD divulgou, na imprensa de 15/XII, um comunicado, no qual, a despeito, se formulam algumas acusações ao que se designa por «ex-MES», agora auto-proclamados Grupo de Intervenção Socialista.

2. Sendo embora evidente que o referido comunicado visa, antes de mais, desacreditar nas fileiras partidárias os militantes agora dissidentes e, em segundo lugar, aproveitar a própria crise para maliciar vender a já conhecida tese pluriplata de que há militares bons e democratas, que são os «operacionais» e que se dão com o Dr. Sá Carneiro como Deus com os anjos e que há militares maus e autoritários, que são os «políticos» e que conspiram contra o Dr. Sá

Carneiro — o facto é que apenas nos cumpre referir as passagens onde, incidentalmente, alguns membros da «Intervenção Socialista» são visados.

3. Assim — e na versão do matutino «O Dia» — «o grupo designado pelos Ex-MES e determinados sectores militares conhecidos como afectos à linha dos militares «políticos» teriam sido contactados, (pelos agora disidentes do PPD, presume-se), «a fim de sondar apoios para a possível conspiração».

Independentemente de se não vislumbrar qual o possível «apoio» à «conspiração», o facto é que nenhum elemento do núcleo organizador da «Intervenção Socialista» teve outro conhecimento do que se passava no seio do PPD senão aquele que lhe foi dado pelos jornais.

4. Alega também o comunicado que a «plataforma social-democrática» não se proporia originalmente a apresentação às «jornadas social-democráticas» e que a ideia de a justificar desse

modo só surgiu depois, sendo «apoiada e influenciada por grupos políticos, designadamente os Ex-MES, com quem houve contactos frequentes, que chegaram a ser objecto de notas jornalísticas».

Sabem os signatários o que é a «plataforma» porque veio nos jornais: uns até a leram, outros nem isso. Sabem também o que eram as jornadas porque também veio nos jornais. E aí se agota o seu conhecimento de causa. Não fazem ideia alguma se a plataforma era para jornadas ou se a ideia surgiu depois. Não fazem ideia alguma se isso prova que o Dr. Mota Pinto conspira contra o Dr. Sá Carneiro ou que o Dr. Sá Carneiro conspira contra o Dr. Mota Pinto. Não fazem, nem querem fazer, ideia alguma de um

assunto a que são totalmente alheos.

Mas, porque não estão dispostos a deixar-se utilizar num conflito que lhes não dá respeito, desmentem que tenham sido ou influenciado a tal «ideia». Não influenciaram porque não queriam e porque não podiam. Não queriam, porque o caso nada tinha a ver consigo e porque a sua razão de existir não é a desgraça pessoal do Dr. Sá Carneiro. Não podiam, dada a falta de contacto, não só político, mas até pessoal, com as personalidades que agora se adaptaram do PPD.

E, pois, rotundamente falso que tenha havido os tais contactos frequentes ou mesmo não frequentes.

Quanto às notas jornalísticas de que tal «contacto» inexistente possam ter sido objecto, ignoramos.

Continua na pág. 16

## GIS sobre o PPD "paranoia de um aparelho ameaçado"

Continuação nota 1

5. Afirma também o comunicado que a «propaganda» da «plataforma» é «patrocinada pelos Ex-MES».

A primeira condição para se refutar uma acusação é percebê-la. Esta acusação, totalmente desacompanhada como está de quaisquer esclarecimentos de facto, é ininteligível. Como é que se «patrocina» propaganda? Quais os actos em que esse patrocínio se traduziu?

6. Enfim, não se deixa passar em

claro o mais bizarro remoque deste comunicado: «os Ex-MES, agora auto-proclamados Grupo de Intervenção Socialista».

A demagogia põe as suas palavras. Temo-se talos nesta pela sua «vanguardas auto-proclamadas» (no sentido de falsas vanguardas, não reconhecidas nem seguidas por qualquer «recepção», que agora o Secretariado Nacional do PPD, julgando que o pecado reside na auto-proclamação, quer impedir as associações de escolherem a sua própria designação, esquecendo que esse mesmo PPD, se «auto-proclamou» assim.

7. No final, o comunicado faz um estranho desatino: que se visões provem a falsidade das acusações — como se não compusesse ao acusador provas os factos que alega. Tal desatino, porém, não se dirige essencialmente aos signatários; pelo que estes se limitaram a devolvê-lo à promulgação, mas apenas na parte em que eventualmente tenha sido intenção do Secretariado Nacional do PPD dirigí-lo a eles.

8. Nem a «Intervenção Socialista», ainda em fase de organização, nem o grupo de pessoas que o comunicado designa por «Ex-MES», jamais se interessaram em quaisquer interesses do PPD, pelo que esperam que os órgãos deste deixem de utilizar o seu nome para efeitos internos do seu partido, com o qual nada têm a ver. Não há pior fanatismo do que a parvoíce de um aparelho que se sente ameaçado.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1975.

Armando Trigo Abreu  
Francisco Soares

### O GIS e o Pacto

SEGUNDO notícia publicada, o G.I.S. (Grupo de Intervenção Socialista — ex-MES) estaria a elaborar um ante-projecto do documento que substituiria o Pacto MFA-Partidos. Como relator do mesmo constaria o nome de Luís Filipe de Castro Mendes, do gabinete do ministro Melo Antunes. Castro Mendes, contactado por nós, afirmou que tal notícia carece de qualquer fundamento.

SAMPALDO

can-  
to  
esquerdo  
por Jorge Sampaio

## «Esquerda e direita»

1. Ocorre perguntar: para onde vai o processo político português?

Pergunta insólita e porventura despropositada na óptica daqueles para quem o Rescaldo do 25 de Novembro está a ser o início do Retorno que julgam imutável e tanto aguardado.

Na perspectiva da direita o caminho é único. Uma pitada de democracia verbal ao som das trombetas da ordem, o apelo à autoridade e disciplina como valores em si mesmos, claros indícios de «caça às bruxas» desfraldados em comícios e comunicados, preparativos sérios e organizados para a utilização da crise — presente e sobretudo próxima — a seu favor.

E depois será o costume: reassumiremos o nosso lugar dito tradicional numa aliviada Europa capitalista, os sustentáculos desta (sem qualquer controlo) tomarão novamente o seu lugar no acrisolado fortalecimento da nossa dependência. Quanto ao exterior, dir-nos-ão que pessoas poderosas e meios colossais, de gente estrangeira e «desinteressada», velarão pela nossa defesa, segurança (contra quem??) e bem-estar. A apregoadá originalidade resumir-se-á, então, a um novo esquema de docilidade. As panaceias desenvolvimentistas tradicionais (a que a acumulação capitalista vai buscar a indispensável seiva) terão voltado, e aos trabalhadores portugueses, e não só, será dada a possibilidade, mais migalha menos migalha, de ficar, em termos qualitativos, como em 24 de Abril de 1974. Para pior: porque, enquanto a esquerda se consome no eterno adiamento da sua unidade na acção, a direita prepara o regresso com o descanso próprio do bom aluno em vésperas de exame.

A confirmar-se esta hipótese (realidade próxima?) então a esquerda acordará. Mas será tarde. Se puder chorar as suas mágoas no Marquês de Pombal ou em Alcântara em vez de no Boulevard St. Michel para os que lá conseguirem chegar... não será péssimo.

Mas, e os outros, os que vão sempre permanecendo e que são quase todos? Nesse momento — especulamos que hipotético — já os pequenos e médios agricultores, por exemplo, presentes em Rio Maior, mais os seus desejos que importaria analisar, terão sido remetidos ao silêncio ou ao esquecimento por aqueles que também lá foram, mas apenas para fazer desaparecer a reforma agrária.

2. Têm-se usado as palavras «esquerda» e «direita» sem rigor científico. De propósito, aliás. Ao cidadão interessado já não escapa que algo está em riscos de mudar.

Se na luta pelo essencial — no combate ao obsecantismo e à opressão capitalista — jamais poderemos dispensar o rigor da análise e a eficácia de um desígnio tático-estratégico, não é inconveniente neste momento a utilização daquela simplista dicotomia.

O 25 de Novembro já só preocupa pelas consequências. Não há roupagem terminológica que disfarce a nitidez do combate em curso.

Para a esquerda a hora é, queira-se ou não, decisiva. Já malbaratou energias, mostrou graves insuficiências, não construiu uma direcção política para o processo revolucionário. Gastou-se a entre-devorar-se.

A tudo isto a direita assistiu, plácida, passados que foram alguns sustos iniciais.

A esquerda não pode retardar a adopção de um projecto político mínimo, a escolha dos meios para o efectivar. Não pode também dispensar alguns dos seus componentes, pois espera-se que deste lado do processo se compreendam, enfim, a responsabilidade e as exigências do momento.

Se o 25 de Novembro é um «requiem» para os exclusivismos aventurelistas, não pode todavia significar uma trágica missa solene em louvor do princípio do fim da transição para o socialismo.

Para as forças nele interessadas, a imaginação, o realismo e a coragem estão na ordem do dia. Têm de terminar os jogos de palácio, as intrigas de corredor, a difamação e a injúria, via anonimato ou sem ele.

Tem de findar o vício de se imputarem aos outros as próprias insuficiências, a recusa sistemática da discussão, pelo que valem, das propostas político-ideológicas, o escamoteamento dos problemas fundamentais da transição em nome de conceitos que em breve poderão ser exclusivamente apropriados pela direita para destruir a esquerda.

Impõe-se, pois, que esta, mercê de eficaz direcção política, revele eficiência e coesão indispensáveis para se atingirem algumas metas estratégicas que urge enunciar.

Há que mobilizar de novo — tendo em conta as dolorosas experiências bem recentes — as massas trabalhadoras à volta e em defesa de um projecto político para o socialismo, pois sem elas, agentes fundamentais do processo, seus autores e destinatários, só há regresso ao passado.

Da esquerda depende a resposta positiva à questão fundamental. E é de que são possíveis alterações de fundo no quadro das dependências tradicionais. E só assim estas se ultrapassam.

# editorial

## O 25 de Novembro posto à prova

OS PRIMEIROS TESTES práticos do 25 de Novembro começam a surgir.

Em Alcobaça, por exemplo, o gerente de uma fábrica foi sequestrado e só saiu depois de, a seguir a uma intervenção do representante do Ministério do Trabalho, semi-condescender às reivindicações dos trabalhadores (o problema que se põe aqui não é o da justiça ou injustiça dessas reivindicações mas o da ilegalidade — e da consequente falta de autoridade — utilizada para as satisfazer).

Em Lisboa, o "Século" e o "Diário de Notícias" continuam por sair. Se, quanto a este, parece haver sintomas de que a situação começará em breve a regularizar-se, já no respeitante ao primeiro, são duvidosas, por enquanto, quaisquer hipóteses de normalização (ver notícia na pág. 1).

Em Rio Maior, a reunião de domingo (ver análise na pág. 2 e reportagem nas págs. 8 e 9) ultrapassou as características de uma mera reunião de agricultores para se inserir numa perspectiva política de consequências eventualmente incalculáveis.

Entretanto, em Belém, no Restelo, em S. Bento nas sedes dos partidos, os políticos, militares e civis, parecem não se aperceber que o 25 de Novem-



bro — e o que ele possa significar de definição de um caminho possível para a democracia e para o socialismo — está quotidianamente a ser posto à prova, no país e no estrangeiro. Do reforço das condições do auxílio europeu, à história atrás sumariamente contada de Alcobaca, da condenação do sionismo nas Nações Unidas, ao plenário de Rio Maior, do falhanço de empréstimos externos importantes, à inoperância na resolução do problema da informação — em todos estes aspectos, aqui usados como simples exemplos, o percurso estreito entre dois totalitarismos, o futuro do país está em causa.

Mas, pelo menos para quem observa de fora, os políticos não dão mostras de estarem conscientes disso. O conselho da Revolução debruça-se sobre o Pacto — O que quer dar, o que pode oferecer, onde deve permanecer — e, ao rever o Pacto, preocupa-se com o destino dos seus membros, com a recuperação dos seus ex-membros (ver carta de Otelo de Carvalho, na pág. 11) com o apagar ou reactivar das linhas "operacional" e "política" com as eleições que estão para vir, nomeadamente a do Presidente da República, se vier a ser feita por sufrágio directo, com as sondagens de opinião que dão indicações sobre a popularidade dos partidos, com os partidos em si e os respectivos chefes, etc.

O Governo espera ser remodelado há quatro semanas e, depois de uma longa pausa, para os partidos e os dirigentes militares discutirem se o PCP devia ou não ficar e ficou, como era óbvio que teria de ficar — entrou-se numa nova, e

igualmente longa fase para decidir quantos Ministérios e Secretarias de Estado, quem sai quem entra, quem muda, quem guarda o lugar.

Tudo isso, ninguém o nega, é importante, faz parte do processo iniciado a 25 de Abril, é condição necessária para que esse processo sedimente sem estagnar, avance sem destruir, se afirme sem se contradizer. Condição, sem dúvida, mas não suficiente.

Cada dia que passa sem que o Governo funcione (e tenha solidez e força para funcionar), diminuem as possibilidades de enfrentar, com lucidez (e na via para a democracia e para o socialismo), os problemas graves sociais e económicos que afligem o país, do desemprego e da inflação ao esgotamento das reservas e à gestão do sector público, passando por Angola e por Timor, pelas ocupações e pelos saneamentos, pela institucionalização das liberdades fundamentais e pela constituição que vamos ter em 1976. E quanto mais diminuirmos essas possibilidades, maiores são os riscos de se vir a cair numa solução final autoritária (não democrática e não socialista), seja ela de extrema direita, de extrema esquerda ou do tipo nasserista.

Se, como afirmou o Presidente da República à Televisão espanhola, "o 25 de Novembro veio repor na sua pureza os princípios enunciados no Programa do Movimento das Forças Armadas" não basta que se ressuscite o espírito que ditou o 25 de Abril. É também preciso que, na prática, no dia a dia, esse espírito se transforme em acção, sempre que posto à prova.

BRANCO, *Rui*

# “Depois do 25 de Novembro? O quê?”

Rui Branco

DA-SE por passada a crise militar que deixou a respiração suspensa, daqueles que guardam uma memória viva do obscurantismo dos reinados de Salazar e Caetano. Deram-se passos na reestruturação da disciplina tradicional nas fileiras do exército. Calou-se a casa! Falta arrumá-la!

Tal arrumação não pode ser concebida como uma simples mudança na disposição dos taracos, tal como uma redistribuição de pastas ministeriais pelos diferentes partidos. É todo o estilo de decoração que está em causa! Isto é: É necessário um inventário sério do que já existe, daquilo que o prédio requer, e um balanço objetivo às forças de que dispomos para a arrumação do edifício. Em resumo, torna-se necessário que se esclareçam as responsabilidades que necessariamente se devem à definição das funções e ao exercício do poder (CR, MFA, etc.), pelo esclarecimento de quem detém tal poder, e o que entende fazer com ele.

Mas passa por mais: Passa por definir objectivos políticos, tarefas económicas e sociais a executar a curto e a médio prazo, sob pena de a sociedade portuguesa continuar a ser dirigida por medidas de ocasião, baseadas em empiricismos mal digeridos que têm muito pouco a ver com o objectivo que a socie-

dade portuguesa se propõe atingir a seguir a 11 de Março — O SOCIALISMO. Passa pela definição afirmativa por parte dos partidos, do modelo de socialismo que propõem para a sociedade portuguesa, e pela especificação das forças sociais em que se vão apoiar para construir quaisquer dos modelos que pretendem atingir. Sem que tal aconteça nem a redistribuição das cartas, nem o esclarecimento das regras do jogo, terão algo de significativo à problemática portuguesa. Ao contrário! O dia a dia da política continuará a obedecer às regras de oportunismo, ou seja a alianças que a curto prazo poderão resolver um problema específico. Aconocer que os problemas com que se debate a sociedade portuguesa não se resolvem a curto prazo, mas sim exigem a visão e o planeamento de relações globais e nacionais a médio e a longo prazo, que obviamente não comportam nem oportunismos nem improvisos, pela simples razão de que a construção do socialismo, ou mesmo a passagem dum regime ditatorial de direitos que durou quase meio século, para outro que não seja mais do que uma simples democracia liberal, implica uma revolução profunda nas estruturas sociais do país, o que exige convicções revolucionárias autênticas.

Tal revolução, como sujei-

mente foi afirmado pela maioria dos partidos responsáveis, não passa necessariamente pela prática da violência. Contudo será irrealista esperar-se que a rutura com o sistema político que nos dominou não passe por alterações da ordem pública. Neste aspecto o problema sério que se põe a qualquer futuro governo empenhado em combater os privilégios acumulados pelas classes médias portuguesas, que em algumas regiões do país apresentam formas puramente feudais, põe-se em termos de inter-nalizar no próprio sistema político as forças que potencialmente se podem apresentar como fontes de desestabilização da ordem social.

Não faltará aqui quem nos accuse quer de pretendemos incutir nos órgãos representativos dos interesses das classes mais desfavorecidas um espírito de colaboracionismo, quer de pretender institucionalizar os conflitos sociais e mais concretamente os conflitos de trabalho.

No primeiro caso a objecção faria sentido se o processo revolucionário encetado no 25 de Abril, não se definisse em princípio pela promoção das classes trabalhadoras, e se após o 11 de Março, o mesmo processo não se pronunciasse pela realização do socialismo. Se tais princípios estão definidos à partida, será lógico esperar

que a emancipação das classes trabalhadoras, só pode ser efectiva com a colaboração directa das mesmas no processo de decisão político e com a sua intervenção activa no projecto socialista, através de organismos constitucionais a estabelecer.

Assim, o que aqui se sugere, não é nem a institucionalização do conflito social nem a não apregoada colaboração de classes. Sugere-se sim o amadurecimento do processo de transição para o socialismo que,

a) necessariamente terá que passar pela institucionalização não só das forças que conduzirão o processo, mas também dos canais a utilizar por elas, e

b) terá que ter em conta a composição das forças sociais que detém o poder político neste país, o que significa que no período de transição para o socialismo e no caso particular português onde a insurreição armada consequente é impossível, os órgãos de aparelho de estado de carácter burguês, têm que coexistir com órgãos de poder de carácter radical, uma vez que nem a burguesia é capaz de governar de acordo com os moldes burgueses tradicionais, nem o proletariado tem força para tomar o poder.

Tal coexistência, será uma pedra fundamental na eficiência do apa-

relho de estado. E no momento, e durante algum tempo ainda, é em tal eficiência que o estado vai encontrar a sua legitimidade, independentemente do resultado de possíveis eleições. A legitimidade do estado parte desta coexistência pela simples razão de que um aparelho governativo assim constituído, corresponde à actual estrutura económica do país, onde um vasto sector privado, coexiste com um relativamente vasto sector socializado.

Em tanto que modelo político, tal amadurecimento do processo de transição, definido em termos da institucionalização de canais e órgãos políticos, que permitam a internalização no próprio sistema das forças sociais que actualmente se apresentam (em posição pelo menos) capazes de instabilizar a ordem social, terá as seguintes vantagens:

a) Demarcar-se substancialmente dos modelos praticados nas democracias parlamentares europeias, onde a medida que grassa a crise económica que as assola, os conflitos sociais e particularmente os conflitos de trabalho, tendem a ser compreendidos como um cancro a suportar, já que a força das instituições trabalhadoras, não permite a sua destruição.

b) Demarcar-se, igualmente dos

modelos de transição praticados já, nas chamadas democracias populares, ficando o grau de participação das classes trabalhadoras no poder central a depender da sua própria capacidade de se organizarem democraticamente dentro das suas instituições.

Não cabe abocar aqui o aspecto físico de tais órgãos. Contudo um último argumento em seu favor é ainda de mencionar: Com o 25 de Abril as classes trabalhadoras portuguesas aumentaram substancialmente os seus direitos políticos. Que factores podem as classes médias esperar que interfiram no processo político português, para que as classes mais desfavorecidas não procurem alargar ao campo económico as vantagens políticas adquiridas no 25 de Abril?

Da resposta a tal pergunta, dependerá o futuro da democracia portuguesa. Mas se não se esperam interferências tais como um «coup de forces», então verifica-se uma lacuna no actual aparelho de estado, que é precisamente a inexistência de canais constitucionais que possibilitem a extensão dos direitos políticos adquiridos pelas classes trabalhadoras, ao campo económico. A não ser que se pense que tais canais, não devam ser outros, que a simples coexistência, a reivindicação e a greve.

DIAS,

Antônio

# A "Novembrada" e as coincidências

Antônio Dias

**MAL ENCERRADO** ainda mais um triste capítulo da crônica do assalto do PwCp ao poder e logo os grupos implicados na mais recente tentativa golpista se apressaram a sacar a água dos capotes respectivos, dando o triste espectáculo das acusações mútuas entre um punhado de comadres zangadas.

Cunhal tenta vender o peixe estragado das «sublevações militares coincidentes», acusa os arregalados da FU«R» e da U«DP» e passa como cão por minha vindimada por cima das mais claras evidências (Varela Gomes?! Quem é tal indivíduo? O «DN», «O Século», a «República»? Não são lidos no António Serra! A Inter-sindical? O Secretariado fantoche dos CT da Cistura Industrial de Lisboa? Organizações totalmente independentes, se não mesmo com uma pontinha de hostilidade ao PwC». Numa palavra, coincidências, ainda.

A U«DP» acusa os «farses» de esquerdismo e, muito filialmente, o PwC de conciliação! Quanto ao resto, tudo se reduz ao aproveitamento pelos fascistas da «justa luta dos paraquedistas, empenhados por aventureiros para um beco sem saída». O RALIS, a PM, o Forte de Alameda devem ter sido coincidências...

Os radical-pistoleros do PwRp, denotando uma insuspeitada cultura, relembrem o incidente do Reichstag e dão saudades nos «uniformistas» (leia-se PwCp) e nas «organizações que se dizem revolucionárias» (leia-se ORPwCp/U«DP»).

O irrisório de tudo isto é que começa a desenhá-lo, já (como diriam os «insurrectos» de trazer por Tancão) a manobra de cobertura ao partido de Cunhal por parte dos sectores, agora hegemónicos, dos parceiros e rivais. Esperanças ainda na conversão do PwCp num partido bem compor-

tado e europeu, que se reduza à vocação de bombeiro da luta de classes, avancem a tese de que ele é apenas o «maior monstro», reservado para os grupelhos, tristes mexíveis desta tempestade, a autoria material.

Coastudo, todos (do PwS» à U«DP») estão de acordo num ponto: interessa mistificar, lançar poeira aos olhos do povo, dar à luz um relatório de inquérito (mas um...) que seja uma inexistência, se não mesmo uma provocação, como o do «II de Março», da autoria de Rosa Coutinho (impopular maneiho que, seja dito de passagem, nada leve a ver com a recente intenção...).

A quem se quer enganar? Porque se pretende negar que foi a política aventureira e golpista do partido dito comunista, recoberta após a queda do V Governo da fraseologia de «esquerdas» que se conhece a tantos direitistas, que prepara o golpe? Que foram os «seus jornais» e a «sua rádio» que apelaram à «insurreição» e os seus homens nas FA que a dirigiram? Que foi a sua Inter-sindical que proclamou a greve geral e a sua DORV que, com o golpe em plena execução, convocou e apoiou uma manifestação dessa mascarada que deu pelo nome de «SUVV»?

Não há coincidências que enganem o povo. A tentativa de atirar para cima dos grupinhos com a totalidade das culpas, não colhe. Qualquer observador minimamente atento saberá que a capacidade «operacional» desses grupos e a sua complementaridade política em relação ao PwC» não lhes permitem mais do que serem seus descaimentos provocatórios, coberturas para ele dizer o mesmo com outras palavras e a outras pessoas. Eles fazem a obra política do PwCp e por aqui se fica a sua razão de existir.

Os conciliadores, a quem a His-

tória nada ensina, julgam poder, da sua posição agora hegemónica, utilizar o PwC», minando-o no Governo. Não há que haver ilusões: o próximo governo não servirá mais as massas populares ou uma política de Independência Nacional que os seus antecessores. Com PwCp os sem PwCp.

Não é, pois, a retaliação ou ao saque dos despojos do vencido(?) que se apela. Não se trata disso. Trata-se, sim, de explicar pacientemente a natureza fascista do partido que em Portugal usurpou o nome de comunista. Trata-se de acabar com as ilusões que acerca dele existem na cabeça, não dos políticos conciliadores, que sabem bem o que andam a fazer, mas de muitos elementos honestos e revolucionários ainda enganados.

O golpe era previsível. Não só para quem soubesse olhar com olhos de ver a escalada que a antecedeu, mas para quem se detivesse a analisar as características profundas da crise, a relação de forças e a estratégia das várias formações em presença.

Trés dias antes, a 22 de Novembro, o Secretário-Geral do MRFP dizia, no encerramento da II Conferência Nacional da Resistência Popular Anti-Colonial, organização de unidade dos soldados, marinha e militares revolucionários: «O país está a um cabelo da guerra civil...». Toda a corrida que se vai desmanchar no dia 30 de Novembro, é ao sentido de colocar nos postos-chave das Forças Armadas os apunhados e os sócios de um e de outro dos dois blocos da burguesia, para que as Forças Armadas possam cumprir a missão que os diversos partidos burgueses delas esperam: o partido social-fascista espera o golpe, das suas forças militares, assim como o PwFD» e o PwS» esperam o golpe das suas forças militares.

Para quem sabe que a disputa



A entrada da EPC em Beira

é o aspecto permanente das relações entre os dois imperialismos e entre os seus representantes internos, sendo o conflito temporário, esta afirmação nada tem de profética. Se a isso juntarmos o facto de quem tal afirma também dizer que a burguesia já não pode governar, então tudo é claro e simples.

Em Maio de 74, no meio da embriaguez colectiva provocada pelo odor dos cravos, a mesma voz dissonante que na madrugada de 25 de Abril tinha atraído as iras de todos os filisteus ao chamar Spínola por aquilo que ele era, declarou que a Revolução estava no ordem do dia. Foram dois os tipos de reacção entre os «marxistas» que abundam neste país. Houve os que se irritaram condescendentemente dos «queridistas» e os que gritaram indignadamente contra os «queridistas». Quer'uns quer outros, «marxistas»

que eram, julgaram ver em tal declaração a afirmação de que o proletariado ia tomar o poder imediatamente. Não se tratava, evidentemente, de tal coisa, tanto mais que essa declaração era acompanhada de uma «lista» das enormes deficiências que o proletariado devia vencer no campo da teoria e da organização. Tratava-se, sim, do corolário lógico da afirmação de que a burguesia não podia já governar. Dizia-se que a Revolução estava aí, a uns metros dos narizes dos «marxistas» e que, de um momento para o outro, ela podia surgir, mesmo que não estivessem reunidas todas as condições para que o proletariado revolucionário a dirigisse.

Não foram necessários muitos meses para que a justiça destas coisas fosse demonstrada pela prática.

Daqui que a conclusão (apres-

sadamente tirada pelo redactor do «Expresso», Vicente Jorge Silva, segundo a qual ao MRPP — que há meses inscrevia a revolução no ordem do dia (...) — passou a formular a sua posição de forma mais distanciadamente apresentando o frenetismo como alternativa, seja falsa. Não só o MRPP não deixou de afirmar que a Revolução está no ordem do dia como passou a considerar que um novo passo foi dado e é já a questão da tomada do poder que passou a estar no ordem do dia. E, para que não haja novas conclusões apressadas, convém frisar que se trata não da tomada do poder, mas da questão da tomada do poder. Trata-se de reconhecer o salto qualitativo na consciencialização da classe operária, que compreende que é necessário e possível tomar o poder e, mais, que essa é a única solução.

O apelo à criação da Frente Única Democrática e Popular ( cuja composição já foi amplamente indicada...) surge, não como uma alternativa, mas como uma condição para que o proletariado, num país em que a grande maioria da população, pela sua origem ou pelo seu estilo de vida, é predominantemente pequeno-burguesa, possa tomar o poder e levar até ao fim a Revolução Democrática e Popular.

Esta é a política autónoma que o proletariado revolucionário aponta como alternativa (agora sim...) à política de conciliação de classes dos sucessivos governos provisórios. Erguer a Frente, reforçar, unir e centralizar os órgãos da vontade popular, embrides dos órgãos de poder do governo popular; abandonar as ilusões, preparar a luta; escorrar fascistas e social-fascistas.

Final, a alternativa é clara: ou a guerra civil desencadeia a Revolução ou é a Revolução que impede a guerra civil.

KUNSTZ,

Jülle

## A metafísica...

GILLES MARTINET escreve, no «Nouvel Observateur» da semana passada, um artigo que, com um pouco de má fé e para sermos simples, podemos resumir assim: o PC é o responsável em grande parte da deterioração política portuguesa... A vitória dos Gonçalves e do Cunhal tinha trazido uma carga terrível às esperanças de construção de um socialismo anti-autoritário na Europa. Agradecemos ao Partido Socialista (português) por o ter evitado. Reconhecemos, por outro lado, que a grande massa dos trabalhadores não está interessada nem no PC nem na extrema-esquerda... mas é nossa obrigação publicamente dar conhecimento a Mário Soares das nossas inquietações: só será um bom socialista, se aceitar a mão que Cunhal será obrigado a estender-lhe.

Esta posição tipicamente francesa que consiste em acusar o PC de todos os males — estalinista, contra-revolucionário, ideologicamente reaccionário, autoritário — em repescá-lo no último momento, numa aliança final que prova que se fica, bem «à esquerda, revolucionário e progressista e nem em si tanto da metafísica como do «habitus» político e tático. Este último móbil não se comensura se se estabelece que, em determinada situação, é preferível conservar o PC dentro da aliança governamental que no seu exterior, este raciocínio pertence aos profissionais da política; é de tradição e não prova grande coisa quanto ao carácter revolucionário de tal governo, tanto quanto é verdade que os PC sabem aliar-se quando é preciso, sob políticas que poderiam ser qualificadas de «direitista». Por graça, dois exemplos. O primeiro respeita ao perfeito acolhimento pelo PC francês da ajuda prestada pelos americanos, em 1946, Léon Blum afirmou então: «Um governo comunista reconheceria as obrigações contraídas para com os USA?» E Thorez: «isso é óbvio».

O segundo reporta-se à defesa, por Benoit Frachon, então responsável pela CGT, do livre mercado de oferta e procura, aumento de salários e aumento dos preços: «pois se não se consegue suprimir o mercado negro, temos que o democratizar!»

A acumulação de acontecimentos semelhantes provoca fáceis prazeres intelectuais...

Mas passemos à metafísica, à ideia genérica desta esquerda que não se afirma se não se ligar ao PC.

Sartre, em 1952, tinha tocado nesta abstracção. Não se conheça ninguém mais alerta nem mais inquieto do que ele, no que se refer aos partidos comunistas. Nem mais hostil, em princípio, do que ele. Até ao momento em que Jacques Duclos se preso; em que, convidada a manifestar-se, a classe operária não reage e em que Sartre, chocado por tanta indiferença, reformula esta proposição segundo a qual, finalmente, «O Partido é o movimento que em si une os operários, levando-os para a tomada do poder. Conclusão: é certamente precisa uma esquerda independente mas com ligação com o PC. E tudo recomeça, até Gilles Martinet, passando por um artigo do «Temps Modernes» de Outubro de 1975, intitulado: «revolução e contra-revolução nos campos portugueses». O «Temps Modernes» principal bastião da crítica antestalinista francesa! Ai se passa o mundo em revista e aí se destrói imperturbavelmente a contra-revolução multiforme. Ai se enterra Lenine depois de Estaline, com particularidade de estar «em casa», intelectuais impregnados de anti-comunismo mais ouvido. Que os camponeses portugueses digam brutalmente o que os «Temps Modernes» reiam com refinamento e daí resulta: «Além disso, cinquenta anos de fascismo imprimiram profundamente no seu espírito rude um anti-comunismo visceral; para eles, o comunismo, é o diabo. Isto é trágico, porque para mudar a sua mentalidade, são precisos anos e o tempo urge».

Para quem está no segredo, o anti-comunismo de «Tempo Modernes» é um aniscepismo enquanto que o anti-comunismo das camponeses do Norte de Portugal é simplesmente anti-comunismo e envergonhado por estância.

Convidam-se pois os camponeses a fazer a escola do PC, e rapidamente, porque o tempo urge, para seguidamente, sem dívida sob a direcção de uma esquerda independente desfazer mentalmente esse piedoso catecismo.

O Partido Comunista, encorajou, sim ou não, a ocupação de terras cuja legitimidade era discutível?

O Partido Comunista concedeu todos os direitos aos assalariados, todos em conjunto contra os proprietários todos em conjunto?

Estas perguntas, «Les Temps Modernes» é evidente que não as pôde, da mesma maneira que não se interroga sobre a maneira como poderia ser feita justiça nos campos portugueses sem que um tão grande número de pequenos e médios proprietários (15 000 em Riba-Maior) se juntem para protestar.

Esta falta de inquietação deriva de uma visão simplista do bem e do mal que não pode senão resultar, finalmente, na defesa e ilustração, por mais gritante que ela seja, da linguagem épica.

O assalariado agrícola, devido à sua penúria, é bom por natureza. Por isso, não tem senão direitos na sociedade futura.

O proprietário, devido ao facto de possuir, é mau por natureza, em diversos graus, segundo aquilo que possuir seja muito ou pouco. Não tem, portanto, no futuro senão que pagar as suas dívidas.

Juntem-se estas duas categorias, agitem-se, isto dá a luta de classes e não terá nenhum interesse em ficar do lado errado. Era pois condenado a aplaudir o PC, que é o inventor desta forma de combate e, em Portugal, o seu promotor mais eficaz.

O falhanço do PC e seus compadres encontrá-lo-á pois, tão atónito como Sartre em 1952 e tão alarmado como Marinetti em 1975.

É pois aqui que uma dupla operação mental é necessária: reabilitar Lenine, como ilustre homem de Estado, e liquidar o leninismo e todas as complicações intelectuais com ele relacionadas, como embuste histórico — o que quer simplesmente dizer que Cunhal é um político como outro qualquer, que dirige a luta de um Partido como outro e que, se perder, o que lhe aconteceu já, só as considerações políticas e não metafísicas devem decidir o lugar que ele deve ter na direcção do país.

A pressa que alguns intelectuais puseram em lhe refazer um lugar, como se ele beneficiasse de um direito próprio, chocou-se com o bom senso dito habitualmente «de direita», de todos os que não têm em si pecado original, que dá origem à «má consciência». Desde esse momento, a esquerda tem cada vez mais medo e a direita está cada vez mais desenfreada.

É nesse ponto que o PPD tem a sua cisão e, enquanto a esquerda sonha com um programa comum contra Sá Carneiro, incluindo o PC, o PS e certos radicais de esquerda saídos do PPD, o mesmo Sá Carneiro conta já as suas vozes, optimista, para as próximas eleições.

Os promotores do programa comum, irão que pensar maduramente: eleitoralmente, arriscar-se-iam a perder. Só lhes restaria então, uma tentativa: um pacto constitucionnal com o MFA que pudesse perturbar o «normal» jogo democrático.

Finalmente, há sempre alguém para pensar que o Edeiro continua mestre do «processo» e garante do «sucesso» de socialismo possível.

A título de que virtude? Em nome de: metafísica?

Correspondente em Lisboa do "Quotidien de Paris" e da "Radio Suisse Romande, Joëlle Kunitz, de 29 anos, jornalista independente, tem vivido em Portugal, praticamente sem interrupção, os acontecimentos políticos que desde Abril de 74 se verificaram a face do país.

É também a autora dum livro sobre Portugal, "Les faits et les urnes", le Portugal aujourd'hui", publicado em Fevereiro de 75, ano.

CARVALHO, Oteio Saraiva de

**“Lembrar-me eu do trabalho que tive para convencer o Dr. A. Cunhal numa das nossas raras conversas que não sou anti-comunista nem sequer anti-PC!”**

OTELO Saraiva de Carvalho quebrou o silêncio e quebrou-o com uma carta endereçada a Raúl Rego, Artur Portela Filho, Francisco Balsemão e Nuno Rocha, na qualidade de directores de «A Luta», «Jornal Novo», EXPRESSO e «Tempo».

EXPRESSO foi um dos jornais que mais de perto acompanhou a vida política do comandante do Copcon, através de entrevistas, de análises e de simples notícias.

Embora a carta que escreve pouco ou mesmo nada tenha a ver conosco, nem com a nossa maneira de fazer jornalismo, julgamos prestar um serviço aos leitores publicando-a.

Será o sinal do reaparecimento de Saraiva de Carvalho na vida pública em que muitos político-militares acreditam? Muitos que desejariam vê-lo reabilitado? Oteio foi demasiado importante na Revolução para ser esquecido e o seu fundo de democrata, lutador ao lado das classes mais desfavorecidas, não permite que seja relegado para a prateleira, assim m do pé para a mão.

A justiça das críticas que algumas vezes EXPRESSO lhe fez foi confirmada por um 25 de Novembro cuja preparação objectivamos, até contribuir. Um homem manipulado, ou um homem entusiasmado que se deixa arrebatado com facilidade pelas grandes causas sem lançar contas ao peso dos escolhos em que foi firlil o terreno que tentou percorrer? De qualquer maneira foi Oteio um político que perdeu uma batalha. E, em grande parte, por sua culpa.



NAO HAO-DE estranhar, por certo, que vos escreva esta carta. Agora que, em gozo de uma licença que a mim próprio neguei ao longo de dois rápidos anos, me sobra tempo para "ler, arrumar papéis e medir", passo os olhos por recortes antigos de jornais e livros, de poesia a prosa, os que vão saindo a lume. E assim, não resisto realmente a dirigir-me a vós. Sei que pouco ou ou nada ganharei com isto. Possivelmente apenas um leve sorriso de complacência para com o ingenuo político que eu sou e que não me importo absolutamente nada de continuar a ser. Há algo de que não desisto e que vejo, afinal, a provocar a minha retirada da cena política portuguesa: o amor pela verdade dos factos, o que, em política, reconheço-o, apresenta inconvenientes de extrema gravidade para quem o usa. Mas é nesse sentido que vos escrevo. Para a repositão da verdade no que a mim respeita. As cordiais relações que, de uma forma ou doutra, mantive convosco, levam-me a escrever-vos como directores dos jornais que, portanto, representam e não aos vossos redactores ou jornalistas, pois à maior parte deles não os conheço como eles tão pouco me conhecem a mim.

Sempre tive uma admiração e um respeito muito grandes. Com a satisfação, durante a minha última Comissão de Serviço na Guiné eu desempenhei as minhas funções de responsável directo pela recepção, programação e acompanhamento de visitas de todos os jornalistas, nacionais e estrangeiros, que visitaram a antiga colónia.

Sempre tive pela imprensa livre uma admiração e um respeito muito grandes. Com que satisfação, durante a minha última Comissão de Serviço na Guiné eu desempenhei as minhas funções de responsável directo pela recepção, programação e acompanhamento de visitas de todos os jornalistas, nacionais e estrangeiros, que visitaram a antiga colónia.

O 25 de Abril 74, ao abrir as portas a uma total liberdade de informação, criou, evidentemente, uma situação que de extraordinário alcance que podia ter sido para o esclarecimento correcto, imparcial, justo, honesto e verdadeiro do povo que é o nosso, rapidamente se deteriorou logo que interesses partidários em jogo transformaram jornais e estações de rádio em polos de tremenda luta ideológica que acabaram por levar à população portuguesa o divisionismo, o antagonismo, a desconfiança, a desinformação. Perdia-se assim a maravilhosa possibilidade de informar o público com a verdade autêntica, para transformar o País numa vasta arena política onde os ideais se entrecruzaram. Como conse-

guir, assim, a tão necessária reconciliação nacional para a reconstrução do País?

Sempre reconheci e respeito que 4.º Poder Real existente nos países livres, que é a Informação. A informação que pode eleger ou destruir presidentes, que pode fazer desfugir ou evitar a guerra e outros males provocados pelo homem, que pode produzir graves incidentes entre países, que pode e n g r a d e e e r e o u arruinar personagens. Se tal Poder for usado com critério, senso e verdade, tudo o que possa provocar, é justificável. A bem da Verdade que o Povo exige. Se os factos forem deturpados e a informação for falsa, tendenciosa ou prepositadamente incorrecta, não merece ser utilizada por aqueles que tem a possibilidade de o fazer.

Tudo isto vem a propósito de mim próprio. Do que a informação em Portugal fez de mim ao longo destes 19 meses de um País em Revolução. Da imagem que de mim criou junto do Povo Português. Povo que não me conhece, que não falou comigo e que apenas absorve não as minhas ideias autênticas mas aquelas que lhe são levadas pelos jornais que lê; e como é doloroso pensar em tanta gente humilde e explorada que eu tento amo e por quem estaria disposto a todos os sacrifícios e que, por via de uma informação falsa e especulativa, sente por mim ódio e repulsa! E isto porque as minhas ideias, que eu tenho anunciado através dos órgãos de informação com a tal liberdade de expressão que o 25 de Abril 74 permitiu, não encontram eco e são repudiadas pelas equipas jornalísticas a que vos presideis! Não, amigos, os vossos jornais, para destruírem a minha imagem junto do grande público, não utilizaram a verdade: Deturparam frases ou atitudes que eu tomei, especularam a respeito de outras, e de tudo isso nasceu um OTELO DE CARVALHO virado do avesso. E que agora, junto de vós apenas, como directores que são dos jornais que mais lutaram pela minha destruição, vou tentar repor na exacta dimensão.

O "Washington Post", em duas penas, destruiu Nixon com o caso Watergate. Mas Nixon era Presidente da República e político profissional. Eu, felizmente não era nem uma coisa, nem outra. Dunde, a minha destruição, como figura política, em nada me afectou. Continuo, tranqüilo, a ser apenas um Oficial do Exército que, em determinado momento da sua vida se lançou, acidentalmente, na maravilhosa aventura de corporizar um sonho de há vários anos e encabear um golpe de estado vitorioso realizado por militares, derrubando um regime ditatorial de 48 anos.

Julgo que o artigo "Watergates na política portuguesa" publicado no semanário "TEMPO" de 27 Novembro /1 Dezembro terá sido escrito antes de 25 de Novembro. E, passando a analisá-lo, direi por certo bastante do que poderia individualmente referir sobre análises e artigos publicados em "A LUTA", o "JORNAL NOVO" e, menos, o "EXPRESSO". Esse artigo é, para mim, um exemplo do tipo de jornalismo que visa apenas por finalidade a destruição de uma figura da Revolução que eu sou, e que interessa "circular". Outros, de pior cariz, terão sido escritos. Este é no entanto, um paradigma:

Assim, vejamos:

— eu não fui de forma alguma responsável por quaisquer "planos de repressão" que se seguiram ao 28 de Setembro e tiveram nova intensificação no 11 de Março. Na verdade tais "planos" nunca existiram, que eu saiba. O que surgiu foi a necessidade de deter elementos considerados perigosos para a continuidade do processo revolucionário em relação aos quais foram passados mandatos de captura entregues à PSP para execução. A PSP, dentro do espírito absolutamente legalista a que se agarrou após o 25 de Abril 74, recusou-se a efectuar tais capturas por as considerar como ilegais pelo facto de não serem passadas pelos Tribunais competentes. Aí, como comandante do COPCON, órgão revolucionário de Comando das Forças Armadas, imbuído da legitimidade revolucionária conferida pelo 25 de Abril, fui-me cometida superiormente a responsabilidade de ordenar as detenções que fossem consideradas necessárias à segurança do processo revolucionário. Neste âmbito ainda, devo desde já acrescentar que não fui, nem pouco mais ou menos, "o

organizador das listas de prisões de 28 de Setembro e de 11 de Março" pois tais listas me foram fornecidas por camaradas meus no desempenho de funções políticas ou de serviço de informações (caso do 28 de Setembro) ou pela Comissão de Inquérito nomeada em Assembleia Extraordinária realizada em 11 de Março, neste último caso. A função do COPCON foi sempre, só e exclusivamente, a de acionar as detenções que lhe eram solicitadas por outras entidades ou organismos encarregados de averiguações ou investigações, substituindo, neste caso específico de actividade revolucionária, a PSP.

— "Otelo..... não conseguia aguentar-se no processo revolucionário". Ora os "aguentar-me" e continuaria a aguentar-me perfeitamente num processo revolucionário cuja finalidade fosse a construção do Socialismo com a subida do Povo ao Poder através dos seus verdadeiros representantes e não de elementos políticos profissionais filiados em partidos políticos em luta pelo Poder. E quando, em entrevista concedida no dia 23 à RTP eu referi que "estava no Conselho da Revolução completamente isolado, não tendo o apoio de qualquer elemento do Exército", reteria-me (e o articulista deve sabê-lo bem) à questão "Vasco Lourenço para Comandante da Regia Militar de Lisboa" e não ao processo revolucionário português.

— "Jamais existiram em mim "fortes tendências para o exercício do poder ditatorial", antes pelo contrário. (Que o digam os sargentos e soldados dos pelotes que comandei como subalterno, os homens que comandei como Comandante de Companhia, todos os que foram meus alunos, os meus camaradas que comigo compartilharam de todas as angústias e alegrias na preparação do 25 Abril



# Otelo: "A minha vida é transparente e não há Watergate que me aflija"

Continuação pág. 11

ção em relação a um militar revolucionário que, nas suas declarações públicas sempre repudiou a existência de ditaduras, que pugna pela construção de uma sociedade em que o poder seja exercido pelo Povo e não por minorias dominantes nem políticos profissionais dizendo-se representantes desse mesmo Povo e que, democraticamente, accedes a desempenhar determinados e difíceis cargos militares por exigência, apenas, dos camaradas que com ele tinham participado no 25 de Abril.

— Quais seriam os "planos de Otelo" que faltavam e para o povo português não chegaram a concretizar-se? Quais seriam os seus desígnios de ditadura que camaradas verdadeiramente democratas impediram que se concretizassem? Falou o articulista com algum dos meus camaradas verdadeiramente democratas? Julgo que se queria referir a Vasco Lourenço, Melo Antunes, Jaime Neves, Sousa Castro, Ramalho Eanes e outros.

— Não me parece que possa ser apodado de "mistificado político". Pelo contrário, sempre que me foi proporcionada ocasião, ainda mais disse do que a verdade, a respeito de mim próprio e das minhas ideias. Não fui o "astor de centenas de prisioneiros" já referi, sobre tal assunto, o que julgo essencial. E não me parece verídica a afirmação, repetitiva e maliciosa, de que "forças políticas externas" tenham dado indicações a quem quer que fosse sobre detacções a efectuar. Tais indicações provieram sempre de camaradas meus ou organismos aos quais eu, depositava confiança suficiente para as minhas acções. E, em afirmações públicas e privadas, sempre me bati por um rápido julgamento e libertação de todos aqueles que, por qualquer motivo específico me pediam para mandar detê-los. A bem da Reconciliação Nacional pela qual sempre pugnei.

— Acho deplorável a desavias feita à vida dos responsáveis políticos e militares da cma política portuguesa bem como à de qualquer outro cidadão. Mas então, se

ela tem que ser feita, que, de uma vez para sempre, a façam a TODOS sem excepção e não só aqueles que, em determinado momento, interessa destruir. Já publicamente me referi à minha effémera actuação, como instrutor de elementos filiados na extinta LP em 1963, o possuí dessa acridade e os frutos dos meus actos. É possível que o articulista desconheça tal facto, mas a verdade é que, da antiga organização fascista, apenas foi fornecida ao COPCON para detenção, a lista dos elementos responsáveis da LP, ao nível da Junta Central, Quartel General e outros, ao Comandante Distrital, inclusivé, para processo sumário de averiguações após o que, na grande maioria, foram postos em liberdade, e de outros elementos perigosos e muito activos, das chamadas FAC e GI, alguns dos quais, postos em liberdade, foram enganar fortemente as filiais do ELP. O pai do meu camarada Melo Antunes, chefe da 2.ª Repartição (Informações) do Quartel General da extinta LP, era na verdade um dos elementos que constava da lista que, em 27 de Setembro de 1974 me foi apresentada por pessoal em serviço na então 2.ª Divisão do EMGFA. Houve, assim, um determinado critério selectivo para a detenção dos ex-legionários, não tendo sido detidos os pobres e velhos legionários obrigados a licenciar, alguns dos quais poderiam ter sido meus instrutores de Educação Física, mas apenas elementos responsáveis da organização. O Tenente OTELO DE CARVALHO, que nunca soube onde se situava sequer qualquer edifício pertencente à LP (o que teve de aprender ao planificar o 25 Abril 74), nunca foi dirigente nem responsável pelas actividades fascistas da LP, pelo que o seu nome não poderia ser escamoteado de qualquer lista por de nenhuma poder constar. Dez anos depois, ao fazer o estudo da situação para o 25 de Abril de 1974, considero o Quartel General da LP um dos objectivos a ocupar pelas forças armadas revolucionárias e aprova, incondicionalmente e imediatamente extinção da organização e o julgamento de todos aqueles que dela, prepotentemente, se tenham servido para manter o regime ditatorial em vigor ou extrair benefícios pessoais.

— Era imperioso que do artigo em análise constasse a frase, tão esquivada, sobre o Campo Pequeno. É é sistematístico o que aí refere, como sendo texto de uma carta de um controlerino de meu avô. A minha afirmação sustenta, a verdadeira, só poderia criar réplica a aqueles que nela percebem uma ameaça velada, pois o que eu realmente afirmo foi que "a reacção está a crescer com tal força que antes que os contra-revolucionários nos metam a nós no Campo Pequeno, nós devemos antecipar e metê-los lá a eles. Este é um caso exemplar de exploração negativa a todos os níveis realizada pela desinformação quando buscam incessantemente destruir uma figura. Rapare-se que nunca referi que queria matar cristãos, nem que queria matar milhares de portugueses, nem que queria meter no Campo Pequeno todos os que não partilhassem das minhas ideias, sem disparar do mesmo género. Lembrem-se os leitores apenas do que aconteceu na bem recente Revolução socialista Chilena, tão rapidamente abortada por um victorioso golpe de direita que permitiu aos contra-revolucionários de Pinochet ceifar 30 000 vidas no Estádio de Santiago do Chile. A minha frase era um alerta e o raciocínio do que estaria a acontecer em Portugal. E oxalá que eu me tenha enganado redondamente... É verdade que nas férias grandes que sempre passava na aldeia do meu avô, era impetrado para a missa e para o terço e a euzes actos assilada com devoção. Mas que diferença entre a criança de 8 anos que eu era e o homem de 39 que agora sou?

— Julgo que o repúdio que as minhas frases possam ter provocado em todo o País, onde "milhões de Portugueses se empenham de modo certo as minhas afirmações quando se pensava que o clima de terror havia desaparecido com o 25 de Abril" foi apenas criado empoado por responsáveis de Partidos Políticos que não estão de forma alguma interessados em dar o mínimo do avô às minhas ideias, a origem de informação que, do mesmo modo as deturpam tanto quanto lhes foi possível, bem como outras forças com acção tradicional junto das grandes massas do povo. Povo que continua a ser

militificado, violentado, enganado, por todos aqueles que não estão interessados em que esse Povo abra as mentes e os corações para ascender ao Poder. Não sei se o articulista de "Watergate" alguma vez falou consigo. Mas, Nuno Rocha, você falou. Almoçoámos juntos. Pareceu-lhe que eu seja, realmente, o tirano odioso retratado em tal artigo?

— Para ser "adepto do Socialismo", é realmente obrigatório visitarem-se Palas Socialistas do Leste europeu. Em caso afirmativo, quantos portugueses haverá neste País autorizados a serem "adeptos do Socialismo"?

— Porque motivo dirão os "especialistas" que só tenho um caminho a seguir: desmitificar-me do Eufreite e aderir ao Partido Comunista Português, no dizer do autor de "Watergate"? Eu, que tendo podido fazê-lo meses sem conta antes de 25/ABR, passando à reserva para obter colocações de larga remuneração, nunca quis fazê-lo pois sempre considerei que estando dentro da profissão que havia escolhido conseguiria lidar por algo de válido no meu País, permitir-me-la abandoná-la quando alcancei já uma parte do desejo que há longa data mantinha dentro? Posso ter falhado como político mas estou dentro da Revolução e amo profundamente o povo explorado com o qual eu devo ser leal. Porque aderir ao PCP? Se, como o autor afirma, considero os Partidos Políticos, sobretudo os grandes, nas suas listas sem tréguas pelo Poder? Continuo e continuarei sempre ligado à única Força Política a que me vinculei, o M.F.A., tanta me posso pela cabeça filiar-me em qualquer partido político, nem nunca tive, com qualquer grupo, a mínima ligação ideológica. Embora tenha sido breves vezes preso/condoado. Embora tenha sido largamente apodado, num período ou noutra ao longo destes 19 meses, por quase todos eles. A minha independência e, consequentemente, a minha parca, continua a ser total. Lambrez-me eu do trabalho que tive para convencer o dr. Álvaro Cunhal, suma das nossas raras conversas, que não sou anti-comunista nem sequer anti-PCP!

— Devo informar que há um

lapso no Boletim Informativo da Soterra que conseguiram obter e que publicaram. E que nunca cheguei a atingir os 3000 contos de vendas e não recebi, portanto, qualquer emblema de prata. Mais um ponto de especulação para o articulista (como estas atitudes me fazem recordar o tão famoso e repugnante "Confidential americano".....), são as minhas notórias ligações com o grande capital! Limite-me a ser, da "SOTERRA", um simples vendedor em part-time durante a minha comissão de serviço na Cuias, quando para o efeito cedi os meus serviços a um ex-oficial de marinha, meu amigo, que se encontrava também em Bissau e que pertencia, já então, aos corpos gerentes da "Soterra". Dedi-que-me a esta actividade ao longo de pouco mais de um ano, desenvolvendo-a com a eficiência que me foi possível, a fim de conseguir, trabalhando à noite, em horas extraordinárias, com o pagamento das minhas comissões, ajudar a pagar parte do andar onde residia e que ao longo de 25 anos pagarei com o vencimento que aufero na minha profissão, até liquidar o empréstimo hipotecário que me foi concedido pelos Serviços Sociais das Forças Armadas.

— Como vêem, meus amigos (desculpem-se os ofendidos com esta expressão mas sempre me senti amigo de todo o mundo), a minha vida é transparente e não há "Watergate" que me afluja. Continuo a considerar que a verdade é estética, não a construída maldosamente! É realmente revolucionária. De forma alguma me desligo da Democracia, (que, anão, sobreviva) e repudio firmemente, toda e qualquer forma de regime ditatorial.

Agradeço-vos a todas a paciência enorme que tiveram (se é que a tiveram) em ler esta minha (ho longa curta e peço ao Nuno Rocha que a dê a ler, também, ao autor desconhecido do "Watergate", visto ter sido a sua prosa a base de análise da minha longa exposição.

Com cordiais cumprimentos me despeço.

Otelo Saraiva de Carvalho